

SOCIEDADE CIVIL DE CABINDA

**5º Relatório Sobre a Situação
dos Direitos Humanos em Cabinda**

O Suplício do Povo Binda

2006

RELATÓRIO DAS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS 2006

HOMICÍDIOS E EXECUÇÕES SUMÁRIAS OU EXTRAJUDICIAIS



- **27 de Janeiro de 2006 - Elisée Khonde Muanda**, de 28 anos de idade, natural da República Democrática do Congo, esposa de Pafílio, mãe de uma filha de 8 anos e grávida de 8 meses, foi morta por um militar das FAA, que disparou contra o autocarro em que a vítima viajava de Ncutu à cidade de Cabinda. Elisée, atingida pelo disparo, ficou gravemente ferida. Transportada ao hospital provincial de Cabinda, viria a morrer na madrugada do dia 28 de Janeiro de 2006. A vítima estava grávida de gémeos e deixou uma menina de 8 anos de idade, Elisabeth Khonde.

- **22 de Abril de 2006** - Por volta das 9:00 horas da manhã, **Edgar Carlos Baptista**, de 18 anos de idade, filho de João Baptista e de Adelina Chimpadi, natural de Cabinda e residente no bairro da Ordem (A Luta Continua), em Cabinda, foi baleado na cabeça por um agente da empresa de segurança privada Elite, ao serviço da escola Saily Mingas. O malgrado jovem era aluno da 6ª classe, do ensino nocturno, naquela escola.

Naquele fatídico dia, a direcção da escola convocara os alunos para procederem a trabalhos de limpeza. Havendo grande azáfama e agitação por causa de outros alunos que estavam em provas, o director ordenara aos agentes de segurança que não permitissem a entrada de nenhum aluno que não tivesse provas àquela hora. Ao lhes ser impedido o acesso à escola, os alunos mobilizados para a limpeza entraram em desavença com os seguranças.



Na confusão que se seguiu, um dos seguranças disparou, tendo atingido o referido aluno na parte direita da cabeça e causando-lhe morte imediata. A mesma bala, continuando a sua trajectória, feriu também uma aluna que não foi identificada.

Alunos e população, solidários, apanharam o autor do disparo, de nome Joaquim Liambo, e espancaram-no de forma tão brutal que só não morreu «in loco» graças à intervenção de agentes da polícia da ordem pública que o socorreram e o transportaram ao hospital, em estado de coma.

- **03 de Maio de 2006** - Por volta das 14:00 horas, **Rúben Tati Moxito**, de 22 anos de idade, filho de Rúben Tati Moxito e de Celina Suami Malonda, natural de Ncutu (Bucu-Zau) e residente no bairro de São Pedro (Cabinda), cambista da rua (vulgarmente conhecido por kinguila), foi morto na paragem do Yema por um agente da polícia de emergência (anti-motim). Tudo começou quando o jovem vendeu um cartão de recarga de telefone (da Movicel) ao agente da polícia. Ao tentar recarregar o seu telemóvel, teve alguma dificuldade, não tendo obtido sucesso logo às primeiras tentativas. Julgando-se defraudado, o polícia pôs-se a espancar o vendedor do cartão. O Rúben reagiu contra o agressor, dando-lhe uma chapada. Perante a afronta, o agente pegou na sua arma e disparou contra ele. Atingido no peito, o jovem foi transportado ao hospital, onde morreu minutos depois.

O povo, revoltado contra o agente da polícia, pegou em pedras e paus e espancou-o, tendo-se livrado da sanha popular graças à intervenção dos seus colegas, que o transportaram ao hospital. Nos

dias que se seguiram, registou-se uma imponente presença policial na área da paragem do Yema. Cambistas e cidadãos suspeitos eram presos e torturados. Sete deles foram transportados à UPIR (Unidade da Polícia Intervenção Rápida).

DESAPARECIMENTOS INVOLUNTARIOS

2 de Janeiro de 2006 – Na manhã deste dia, **Francisco Banheva** (também conhecido por **Mais Velho Chico**), de 40 anos de idade, filho de Francisco Buquenhi e de Pascoalina Buéia, natural de Mbuco-Chivava e residente em Mbata-Missinga, aldeia de que era Coordenador, em companhia de sua esposa Rosa Pemba, foi surpreendido por um grupo de militares das FAA (Forças Armadas Angolanas) da unidade de Mongo Lima, quando trabalhavam na sua lavra. Segundo a testemunha, os militares acusaram-no de colaborador da FLEC e obrigaram-no a mostrar onde estavam os guerrilheiros da FLEC. Respondeu-lhes que não sabia onde encontrá-los.

Com o pretexto de que estava a mentir e, deste modo, a dar protecção ao inimigo, os militares puseram-se a espancá-lo, a ponto de vomitar sangue. Ao mesmo tempo, perguntavam-lhe se não sabia que não podia ir à lavra na segunda-feira.

Com efeito, na altura, no Mbata Missinga (e em várias outras aldeias do Maiombe), a população só podia ir às suas lavras duas vezes por semana -, às terças e sextas-feiras, por determinação do Comando daquela Zona Militar das FAA.

Francisco Banheva foi tão duramente espancado que ficou inanimado, em estado de coma. Os militares obrigaram a sua esposa, Rosa Pemba, a assistir àquela cena de pancadaria e tortura, que só terminou quando a vítima jazia no solo, inerte e envolto em sangue. Só então o deixaram. Ela foi então chamar o regedor, Pedro Bastos Pambo. Este, por sua vez, deu a conhecer o caso ao administrador comunal do Ncutu, José Manuel Gomes. Estes, com medo de eventuais represálias por parte das FAA, aconselharam apenas a população a transportar a vítima ao posto de socorros, onde viria a falecer no dia seguinte, terça-feira, 3 de Janeiro.

- **25 de Janeiro de 2006** - Por volta das 10:30, **Victor Sassa**, de 43 anos de idade, filho de Luís Ngiembo e de Delfina Mambo, natural de Conde Lintombo (Ncutu), e coordenador da mesma aldeia; **Venâncio Lelo**, de 55 anos de idade, filho de Júlio Chimuaca e de Julieta, natural de Conde Lintombo (Ncutu) e conselheiro do coordenador da aldeia, esposo de Josefina Macaia, acompanhado com um dos seus filhos gémeos **Tomás Mabiala Nhimí**, de 10 anos de idade, foram presos junto ao cemitério do campo, a 200 metros da aldeia, por militares das FAA. Faziam parte do grupo o sargento Nosso, o cabo Gabriel e os praças Viti e Chiquinho, todos pertencentes à companhia estacionada no Chinvula e Conde-li-Ntombo, comandada pelo capitão Nicaso (Kudupunha). Os seus raptos conduziram-nos em direcção às profundezas da floresta. Pelas 14:00 horas, foram ouvidos disparos nessa mata. Pelas 17:00 horas, os militares abandonaram a unidade militar de Conde-li-Ntombo, sob fortes disparos, rumo ao Ncutu, onde declararam ter morto três bandidos da FLEC.

Passados 12 dias, o corpo de **Venâncio Lelo** foi encontrado numa armadilha de peixe no rio Macunga. Então os aldeões decidiram procurar pelos outros dois corpos, mas receberam ordens expressas dos militares das FAA, acompanhadas de ameaças de morte, para que não fossem para aquele local à procura dos corpos dos desaparecidos. Perante a firme oposição, e prevendo as consequências que lhes adviriam em caso de desobediência, preferiram abster-se de efectuar quaisquer buscas ao local.

O facto foi comunicado ao administrador de Ncutu e ao responsável do Sinfo (Serviços de Informação), mas nenhuma providência foi tomada. Limitaram-se apenas a dizer que Conde-li-Ntombo é uma zona de guerra, onde recentemente foram mortos três bandidos da FLEC. Ademais, o administrador de Ncutu afirmou, num encontro tido com os coordenadores das aldeias, que a morte de cinco cidadãos não devia preocupar-nos tanto, pois que os soldados governamentais (FAA) mortos nos combates (com a FLEC) são também seres humanos, portanto com igual direito à vida.

- **26 de Janeiro de 2006** - Pelas 6:00 horas, **Jorgeta Cumba**, de 41 anos de idade, filha de Tomé Dembe e de Julieta Kuilo, natural de Caio Nguala/Ncutu, residente em Chinvula, em companhia do seu filho **César da Revolução Zau**, de 18 anos de idade, foram capturados junto do rio Nfubo, próximo da aldeia de Chinvula, quando esta deslocava-se da aldeia a Caio Contene em direcção a cidade de Cabinda, Jorgeta Cumba figura no Relatório 2004, (Cabinda o Reino da Impunidade), pelos militares das FAA, pertencentes pertencentes a Companhia militar do Chinvula e Conde Li Ntombo, comandada pelo capitão Nicaso (Kudupunha), Jorgeta é desde daquela data perseguida pelos militares das FAA, visto esta ser esposa de

um combatente da FLEC. A vítima era acusada de ser a fornecedora da logística da FLEC. Depois de capturada, foi levada para a mata que liga Chinvula à aldeia de Terra Nova onde foi morta, juntamente com o seu filho, que se chamava César. Os seus corpos foram abandonados junto à ponte do rio Nfubo, na aldeia de Terra Nova, onde, passados 15 dias, foram encontrados por um caçador daquela aldeia, em avançado estado de putrefacção. Quando a família se apercebeu do facto, quis buscar os restos mortais para lhes dar um enterro condigno, mas foram ameaçados pelos militares. Proibiram-lhes de chorar os seus mortos, do mesmo modo que impediram também a realização de qualquer cerimónia fúnebre em sua memória. Os cadáveres ficaram ao sol e à chuva até se decomporem.

- **09 de Maio de 2006** - **Regina Mataia**, de 37 anos de idade, natural de Nganda-Cango (Belize) e residente no bairro Gika, arredores da cidade de Cabinda, filha de Marcelino Mavungo e de Ester Bilongo, que sofre de problemas mentais, foi vagueando até à aldeia de Senda, a uns 20km da cidade de Cabinda. Chegada àquela localidade, dirigiu-se à casa do coordenador da aldeia, senhor Zinga, e disse que estava perdida, explicando que vivia no bairro Gika, na área do bar Kilala.

Ofereceu-lhe 40 kz (cerca de 40 cêntimos do dólar) para pagar o táxi. Um jovem conhecido por Papí ofereceu-se para a acompanhar até onde podia conseguir transporte. Na estrada, encontraram dois militares do 2º batalhão do Ntó, respectivamente o 2º Sargento Chingui Paeto e o soldado Silva Manuel dos Santos, que declararam conhecer a casa da vítima.

No dia seguinte, a família começou a procurar a deficiente mental, tendo sido informada que ela fora vista na aldeia do Senda. Dirigiram-se para lá e, encontraram o coordenador, que lhes informou que a vira e lhe dera o dinheiro necessário para pagar o táxi e um jovem para acompanhá-la até à paragem dos táxis.

Interpelado, o jovem disse ter encontrado o 2º sargento Chingui Paeto e o soldado Silva Manuel dos Santos que disseram conhecê-la e se ofereceram para conduzi-la à casa.

Os familiares foram à unidade militar e perguntaram pela doente, mas os interessados tentaram desconhecê-la, mas o Papí acusou-os formalmente perante o responsável da justiça e disciplina da unidade, oficial China.

Então os acusados reconheceram ter a senhora em seu poder, prometendo deixá-la partir, mas passou-se uma semana e a senhora não aparecia.

A despeito das diligências feitas, a senhora não voltou a aparecer, pensando-se que aqueles militares a tenham violado e, em seguida, assassinado.

- **29 de Agosto de 2006** - Por volta das 20:00 horas, **Gabriel Mavungo**, de 19 anos de idade, filho de Gabriel Mavungo e de Albertina Vuila, natural de Mbinga Grande (Buço-Zau) e residente no

Caio (Buço-Zau), foi morto a tiro por militares das FAA. O acto aconteceu dias depois do comando das FAA ter anunciado que nenhuma pessoa deveria circular na vila (de Buço-Zau) durante a noite.

Àquela hora, a vítima saía da casa do seu vizinho aonde fora assistir à televisão. Ao chegar à sua casa, dirigira-se à latrina. Mas nem pôde entrar, porque nas suas imediações estavam postados alguns militares das FAA que, mal o viram, dispararam à queima-roupa, atingindo-o na bexiga. Caindo ao chão, ficou ali imobilizado. Os choros e gritos dos populares atraíram alguns elementos da polícia nacional, que o socorreram, levando-o ao hospital municipal. Mas de nada serviu, pois morreu antes de receber qualquer tratamento.

- **20 de Novembro de 2006** - Por volta das 15:00 horas, **António Zau**, de 29 anos de idade, filho de Agostinho Nhimi e de Joana Lubanda, natural de Micuma II e residente na aldeia de Mbongo zi Munu (Bucu – Zau), pai de 6 filhos, foi morto a tiro por militares das FAA, no torço que liga a aldeia de Mbongo zi Munu àquela de Nsinda (ou Sindi????). Depois de o matarem, esventraram-no, retiraram diversos órgãos do seu interior e colocaram-nos ao lado do cadáver.

Nesse dia, António Zau foi à caça. Matou um animal e, no seu regresso, deparou-se com um grupo de militares das FAA que e o interpelaram e o acusaram de militar da FLEC, em jeito de justificação da sua conduta.

PRISÕES ARBITRÁRIAS, TORTURAS E TRATAMENTOS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES

- **18 de Janeiro de 2006** - **Justino Vuete**, de 32 anos de idade, filho de Sebastião Lando Bota e de Catarina Póla, passava pela Rua Dr. Agostinho Neto, defronte às instalações do Departamento Provincial das Águas, quando se deparou com agentes da polícia que levavam uma criança de cerca de 12 anos de idade, sob detenção.

Justino Vuete, activista dos direitos humanos de Mpalabanda, envergava uma camisola daquela associação. Ao intervir para defender o menino, foi espancado, humilhado e levado sob detenção ao comando municipal da polícia. À sua chegada, foi de novo espancado ao ser identificado, por meio da camisola, como membro da associação Mpalabanda. Em seguida, foi posto numa cela sem as mínimas condições higiénicas, onde seria ainda vítima de maus tratos, sendo até privado de água para beber.

No mesmo dia, às 16:00 hora, foi conduzido à DPIC (Direcção Provincial da Investigação Criminal), onde foi colocado novamente numa cela imunda, onde não tinha direito à água e à comida até às 9:00 horas do dia seguinte, quando foi encaminhado ao tribunal.

Encaminhado depois à cadeia civil, foi julgado seis dias mais tarde e, em seguida, posto em liberdade.

- **4 de Março de 2006** – Cerca de **4 mil** fiéis da paróquia Imaculada da Conceição, na cidade de Cabinda, participavam numa actividade religiosa (peregrinação), nos arredores da Cidade de Cabinda, (de Santa Catarina à Paróquia da Imaculada Conceição), organizada pelo Pe. Luemba, no âmbito da Quaresma, conhecido momento espiritual dos Católicos, em todo o mundo. Surgem logo na fase inicial da actividade, quatro (4) caminhões carregados de agentes da Policia Nacional angolana: três com homens da polícia de ordem pública e da polícia militar, e o quarto com homens da PIR (Polícia de Intervenção Rápida)” em atitudes de agressividade inaudita.

Assim, estes peregrinos viram-se, sem mais, cercados e com armas apontadas para eles, o que se entende que é um ambiente de manifesta opressão sobre uma actividade religiosa, ainda por cima tão significativamente composta.

Esta policia dirigida pelo investigador Oliveira da Silva, da Direcção Provincial de Investigação Criminal (DPIC). Segundo as informações disponibilizadas, exigiam a apresentação de um documento passado pela Administração Municipal de Cabinda, o Pe. Luemba e alguns crentes viram-se obrigados a irem a cidade buscar o referido documento, depois daí foram a policia apresentar o justificativo, para a devida

autorização do Comandante Provincial da Polícia Nacional. Depois de 2h30min, os peregrinos foram autorizados a continuarem a sua actividade religiosa.

- **07 de Março de 2006 – Emiliana Tula**, de 46 anos de idade, filha de Natane Macuaca e de Isamália Nduli, natural de Nganda Congo (Belize), e residente na aldeia do Lico (Dinge), esposa de um militar da FLEC e grávida de 6 meses, foi levada da sua casa por três agentes da Serviço de Informação (Sinfo), quando preparava a refeição para as crianças. Foi-lhe dito que a sua presença na cidade de Cabinda era necessária para a resolução de problemas familiares.

Não acreditou neles, razão pela qual não se dispôs a acompanhá-los, mas foi obrigada a subir no carro, seguida do seu filho Júnior, de 4 anos de idade. Foi conduzida à DPIC, onde ficou sob detenção, juntamente com o menino. Este esteve na companhia da mãe durante três semanas, tendo sido depois entregue à família.

Emiliana continuou detida até que a gravidez chegou a termo. No dia 10 de Junho, foi conduzida ao hospital (secção da maternidade) onde deu à luz no dia seguinte, voltando à prisão apenas algumas horas depois do parto.

Apesar de a lei da prisão preventiva (lei 18-A/92, de 17 de Julho), determinar a suspensão da prisão preventiva no último mês da gravidez até (pelo menos) trinta dias após o parto, as autoridades policiais não se consideraram obrigadas vinculadas a respeitar aquela lei.

- **28 de Março de 2006 - Bonifácio Bundo Balo**, de 29 anos de idade, filho de André Avelino Balo e de Teresa Lando, natural da aldeia de Lico, município de Cacongo, foi convocado ao comando municipal da polícia, em Lândana, onde foi preso e posteriormente transferido à DPIC, em Cabinda.

A sua prisão devia-se ao facto de ter recusado acompanhar militares da FAA em operações de patrulha e de localização de bases dos guerrilheiros, nas matas. Ele era suposto conhecer as referidas bases.

- **31 de Março de 2006 -** Pelas 23:00 horas, **Celestino Mabete**, de 40 anos de idade, filho de Luís Ndenve e de Maria Conde, natural de Ncutu (Bucu-Zau), foi surpreendido por militares das FAA nas áreas do Mbuindindi, quando estava a caçar.



Mal o viram, dispararam sobre ele, tendo sido atingido por três balas: Uma passou-lhe de raspão pelas sobancelhas, a outra tocou-lhe o nariz e a terceira furou-lhe um olho. Em seguida, aproximaram-se e revistaram-no. Num dos bolsos encontraram o seu cartão de militante do partido MPLA. Deveras surpreendido e um tanto contrariado, um deles balbuciou: «Este é nosso!»... Então pediram-lhe que se levantasse, mas ele respondeu-lhes que não conseguia levantar-se

Então abandonaram-no naquele lugar, levando apenas os seus bens: O relógio de pulso, a lanterna e a arma de caça.

O Celestino ficou ali, sem qualquer assistência, até ao dia 03 de Abril. Nesse dia, foi encontrado por um casa, cerca das 10:30min. Entregou-lhes o seu bilhete de identidade e pediu-lhes que localizassem a sua família e providenciassem algum socorro.

Buscado, foi então transportado ao hospital central de Cabinda, onde, depois de passar 48 horas sem assistência eficaz, foi transferido ao hospital militar, onde ficou internado.

*- **26 de Março de 2006 - Pedro Luemba**, de 26 anos de idade, filho de José Guma Pedro e de Adelina Malonda, natural de Micuma II (Buco-Zau) e morador na mesma aldeia, foi capturado na sua lavra, a uns 120 metros da aldeia, onde fora buscar alguns produtos agrícolas para o consumo de militares das FAA, e levado para local desconhecido.*

Os familiares contactaram o comandante militar daquela área, mas não encontraram apoio. Presume-se que Pedro Luemba tenha sido morto.

*- **01 de Maio de 2006** - Pelas 11:00 horas, **António Armando Nhimi**, nascido aos 8 de Junho de 1981, filho de **Telesfor Bambo Nhimi** e de Joana Laura, natural de Cabinda e residente no Bairro Amílcar Cabral, cambista no mercado do «Alto das Rolas» (praça grande), atirou-se do prédio da ex-Cabinda Elegante ao chão, para escapar a dois agentes da polícia da ordem pública, que o perseguiram até ao terraço daquele prédio, para o prenderem e se apoderarem do seu dinheiro. Um dos agentes chamava-se Jamaica, já conhecido e temido pela sua prática de capturar «kínguilas» e confiscar-lhes o dinheiro.*

António Nhimi sofreu uma grave lesão na da cabeça, perdeu a fala durante 4 horas e ficou internado no banco de urgência do hospital central de Cabinda.

*- **14 de Maio de 2006** – A meio da manhã, **José Fernando Lelo**, jornalista e correspondente da Voz de América (VOA), foi preso na sé catedral de Cabinda por elementos da polícia, quando estava no exercício da profissão. A polícia agia sob a chefia do comandante municipal Tito, coadjuvado pelo investigador Oliveira da Silva António de Almeida, para impedir a celebração duma missa (por padres considerados refractários ao bispo da diocese, D. Filomeno do Nascimento Vieira Dias, e ao seu vigário-geral, o padre Milan).*

Fernando Lelo foi preso, carregado no carro da polícia e levado à DPIC, onde permaneceu até ao fim da tarde. Foi-lhe apreendido o seu material de trabalho – uma câmara de filmar, um gravador e fitas gravadas.

- 17 de Maio de 2006 - Por volta das 16:30, **Susana Verónica**, de 22 anos de idade, mãe de um filho de 3 anos de idade, natural de Cabinda e residente no bairro tenente-coronel Kimba, foi surpreendida em sua casa por dois militares das FAA, afectos à unidade do Chinga militar,- o cabo Camanda e o sargento Morte.

Sem qualquer motivo nem pretexto, começaram a espancá-la. O seu amigo Brás, ao tentar apaziguar a luta, foi de igual modo espancado. Procurando defender-se, bem com à sua prima, o sargento Morte desengatilhou uma granada F1 e atirou-a. A granada foi de encontro à cabeça da Susana, caiu ao chão e fez um grande estrondo que dispersou os vizinhos. Começando a deitar muito fumo, o Camanda apanhou-a e tornou a meter-lhe a cavilha.

Susana feriu-se na cabeça e nas palmas das mãos. Caiu desmaiada e foi socorrida por familiares, que a transportaram ao hospital central de Cabinda, onde foi tratada, tendo levado 8 pontos na cabeça.

Em seguida, os militares foram à DPIC, onde declararam que duas «zairenses» (cidadãs do Congo Democrático), tinham recebido o seu dinheiro, mas não aceitavam envolver-se sexualmente com eles. Por isso, tinham-nas espancado. Encontravam-se ainda nas instalações da DPIC quando a Susana chegou, acompanhada da família, para apresentar queixa, mas encontraram já o caso entregue ao investigador Damião. Não querendo comprometer os militares, pediu que as duas partes se entendessem.

Os militares, por suas vez, reconfortados com a protecção do investigador, declinaram qualquer responsabilidade e mandaram a vítima recorrer a quem bem entendesse, pois ninguém lhes mal. Foi apresentada queixa à procuradoria, mas não teve andamento.

- 21 de Maio de 2006 - Por vota das 8:20minutos, **Estêvão Maria**, de 43 anos de idade, filho de Francisco Ngoio e de Maria Teresa Lelo, natural de Chinga (Cabinda) e catequista da mesma aldeia, foi preso por agentes da polícia de emergência na paróquia da Imaculada Conceição (Igreja Católica), quando se dirigia ao culto dominical que devia celebrar-se naquela paróquia.

Os crentes encontraram a igreja encerrada e cercada pela polícia de imergência que impediu simplesmente o culto.

O catequista Estêvão, que é paralítico, foi arrancado da sua bicicleta pelos agentes da polícia, lançado no carro e levado à unidade da polícia de intervenção rápida (UPIR), onde ficou em detenção cerca de 6 horas.

- 06 de Junho de 2006 - **Francisco Domingos Puati**, de 32 anos de idade, filho de Gaspar Puati e de Riqueta Issungu, natural de Lico e residente em Caio - Cacongo, saía do Lico, rumo a Caio-Cacongo quando se deparou com um grupo de 45 militares das FAA, acompanhados de **dois jovens** (não identificados) da República Democrática do Congo.

Sob a ameaça das suas armas, os militares obrigaram-no a dar meia volta, carregaram-no com cerca de 30 Kg de arroz à cabeça e uma pesada mochila às costas. Fizeram uma caminhada de uns vinte quilómetros pela mata dentro.

*Encontraram ainda o senhor **Domingos Boaventura Cardoso**, de 66 anos de idade, filho de Iquembiliena N'limba e de Deolinda, que se estava a trabalhar na sua roça (a fazer óleo de palma), acompanhado dos seus filhos menores.*

Obrigaram-no também a segui-los, não lhe dando sequer tempo para apanhar e vestir a camisa que despira.

Estiveram 4 dias nas matas, a patrulhar com os militares, dormindo ao relento, sob o pretexto de que se os soltassem, iriam logo informar os guerrilheiros da FLEC das movimentações das FAA.

O Domingos Cardoso, que fora operado 4 meses antes, continuava sem camisa e era obrigado a fazer uma marcha forçada, fazendo, todos os dias uma caminhada de vários quilómetros. Começando a operação do Domingos a reabrir-se, no dia 10 de Junho, ele e o Francisco Puati foram soltos e autorizados a regressar à sua aldeia, tendo ficado os outros dois em poder dos militares e não tendo voltado a aperecer.

*- **07 de Junho de 2006 - Rafael António**, nascido aos 05 de Junho de 1958 (48 anos de idade), filho de António Ngoma e de Margarida Malonda, natural de Caio Poba (Ncutu), residente no centro (vila) do Ncutu, acompanhado da sua esposa, foi encontrado por militares das FAA na lavra desta, nos arredores da vila. Ambos faziam os seus trabalhos do campo. Ao vê-los, militares não disseram nada, limitando-se a abrir fogo contra o Rafael, atingindo-o na nádega direita e na palma de mão, tendo-lhe arrancado 4 dedos.*

Em seguida, apodando a sua vítima de FLEC, os militares abandonaram-no e continuaram a sua patrulha muito naturalmente, como se nada tivesse acontecido.

A esposa foi à aldeia a correr e informou os aldeões e o comandante das FAA no Ncutu do acabara de se passar. Este ordenou a alguns militares que o buscassem. No mesmo dia foi transferido ao hospital militar de Cabinda, onde recebeu tratamento.

*- **10 de Junho de 2006** - Por volta das 14:35 minutos, foram detidos 27 activistas da associação Mpalabanda, no salão paroquial Mbuela Mioco (da Imaculada Conceição), local dos seus encontros semanais: Nataniel Nhimi Chinuaca, de 20 anos de idade, filho de Júlio Chinuaca e de Paulina Massanga Ncassi; Aniceto José Wini Tati, de 38 anos de idade, filho de José Tati e de Maria de Lourdes Wini; Joaquim Rodrigues Pemba, de 23 anos de idade, filho de João Faustino Muanda e de Cecília Pemba, natural de Caio Nguembo (Belize); Agostinho Mbatchi Zinga, de 21 anos de idade, filho de Agostinho Zinga, e de Joana Tomboco, natural de Yabi; Zeferino Afonso Massiala, de 27 anos de idade, filho de Afonso Massiala e de Jaquelina Mvumbi*

Mayimbi, natural de Cabinda; João Evaristo, de 19 anos de idade, filho de Dinis Cumbo e de Pelágia Buanga, natural de Sinda (Bucu – Zau); André Manuel Nguzi, de 22 anos de idade, filho de Manuel Nguzi e de Madalena Mena Capita, natural de Cabinda; Luís João Zau, de 23 anos de idade, filho de Luís João Zau e de Regina Nzuzi, natural de Chiobo (Cabinda); Casimiro Custódio Franque, de 25 anos de idade, filho de Jorge Manuel de Jesus Franque e de Lembe, natural de Cabinda; Geraldo Macaia Sunda, de 26 anos de idade, filho de Alexandre Sunda e de Maria de Carmo Nhongo, natural de Cabinda; Manuel Futi Madoso, de 26 anos de idade, filho de António Madoso e de Catarina Zinga, natural de Lucula Zenze; Mário Mendes, de 24 anos de idade, filho de Armindo Mendes e de Margarida Sungui, natural Cabinda; Primo Buiti, de 19 anos de idade, filho de Primo Buiti e de Isabel Suami, natural de Cabinda; Félix Ndenga Barros, de 25 anos de idade, filho de António Balo e de Ernestina Nombo, natural de Tchela; António Martins Builo Puati, 25 anos de idade, filho de João Puati e de Florinda Builo, natural de Cumbo Liambo (Cacongo); José Pascoal Baza, de 32 anos de idade, filho de Pascoal Bueia e de Virginia Kuler, natural de Bucu Zau; José Chicaia Dembe, de 32 anos de idade, filho de João Dembe e de Albertina Chicaia, natural de Belize; José Domingos Casimiro, de 38 anos de idade, filho de Domingos M'bungo e de Maria Casimiro, natural de Cácata (Tando Nzinze); João Pedro Mavinga, de 36 anos de idade, filho de Pedro Mavungo e de Joana Lussinda Malonda, natural de Penecácata (Bucu-Zau); António Púcuta Casimiro, de 29 anos de idade, filho de Joaquim Casimiro e de Ana Mambo, natural de Cabinda; Victor Chimpioca, de 46 anos de idade, filho de Domingo Nvumbi e de Maria Luísa, natural de Bucu-Zau; José das Neves Lanzi, de 23 anos de idade, filho de Estêvão Lanzi Neves e de Celeste Chiunda, natural de Cabinda; João Cadula M'bumba, de 19 anos de idade; António Paca Pemba Panzo, de 29 anos de idade; Inácio Zacarias Mambo Muanda, de 29 anos de idade; Simão Madeca, de 32 anos de idade e Júlio de Nascimento Paulo, de 30 anos de idade, filho de Tomás Paulo e de Joana Simba, natural de Tando Zinze (Cabinda). Foram surpreendidos pela polícia anti- motim (ninjas e da ordem pública) quando se dispunham a dar início às suas actividades.

Os polícias chamaram o coordenador da comissão para a juventude, Inácio Muanda, e disseram-lhe que O grupo não devia reunir-se naquele local porque a nova direcção da paróquia desconhecia aquela reunião e não a autorizava. Em seguida, pediram-lhe que os acompanhasse ao comando municipal da polícia, para explicar ao comandante Tito a razão do encontro. Inácio Muanda pediu aos jovens que se retirassem daquele local porque a polícia não permitia que se reunissem lá. Os jovens, de forma disciplinada, retiraram-se do local e os responsáveis que lá estavam (Inácio Muanda, António Paca e Simão Madeca), subiram no carro da polícia, em direcção ao comando municipal, em cumprimento do pedido da polícia.

Avançando até ao hotel Pôr-do-Sol, a 80 metros do Salão paroquial Mbuela Mioco, os agentes da polícia desceram do carro, manipularam as armas e apontaram-nas aos jovens, obrigando-os a se sentarem no chão. Eles obedeceram, sem opor qualquer resistência nem questionarem a ordem recebida. Os polícias começaram então a espancá-los, tendo levantado o António Casimiro, que lançaram de forma brutal no carro. Depois buscaram mais os carros, carregaram os jovens e transportam-nos à DPIC. Colocaram os 22 jovens numa pequena cela obscura e imunda (de

menos de 4 m²) e fecharam os orifícios por onde devia entrar o ar. Os detidos ficaram privados de alimentação e de água. A cela não tinha quaisquer condições para a satisfação das necessidades fisiológicas.

O Júlio Paulo foi levado à unidade da polícia de intervenção rápida, onde foi espancado e colocado numa cela subterrânea durante 14 horas.

Às 4:00 horas, o Júlio Paulo foi conduzido à sua casa, tendo revistado o seu quarto sem qualquer mandado e fora das horas e condições previstas na lei.

Os três responsáveis do grupo, Inácio Muanda, António Paca e Simão Madeca, a que juntaram o António Casimiro, foram transportados ao comando municipal da polícia, onde ficaram à espera do comandante Tito. Este, mal chegou, sem sequer ouvi-los, ordenou aos seus agentes que os metessem nas celas.

O investigador Oliveira da Silva, da DPIC, que chefiara a equipa policial que os detivera, disse-lhes que o motivo da sua detenção era a desobediência, por insistirem em reunir-se no salão paroquial Mbuela Mioco, da Imaculada Conceição. Entretanto, foi à DPIC dizer aos jovens que estavam detidos por participação numa reunião clandestina.

Entretanto, o brigadeiro Tony Catembo, da Casa Militar da presidência da República apareceu no comando municipal da polícia Nacional e disse aos detidos que aí estavam que aquele era o lugar certo para eles porque se escudam atrás dos direitos humanos em vez de fazerem limpeza nas ruas. Acrescentou que da próxima vez, o castigo se multiplicará. As vítimas desta detenção arbitrária foram soltas às 17:55 minutos, depois de a polícia chamar o presidente da Mpalabanda, Agostinho Chicaia, que foi coagido a assinar um documento onde a Mpalabanda declara não voltar mais a usar o salão paroquial Mbuela Mioco para os seus encontros. Depois de assinada a declaração, às ordens de Tony Catembo, e entregue, os jovens activistas foram libertados.

- **14 de Maio 2006 - Maria Augusta David**, de 20 anos de idade, filha de Fernando David e de Teresa Leandra, natural de Benguela, residente na rua de Macau (Cabinda), foi espancada no interior da igreja da sé, pela polícia da ordem pública, sob a chefia do comandante Tito, coadjuvado pelo investigador Oliveira da Silva. O acto aconteceu quando se preparava a celebração duma missa de reconciliação do clero naquela paróquia, altura em que apareceu um aparato policial para impedir a sua realização. Elementos da polícia entraram no interior da igreja, para dispersarem os fiéis, tendo espancado alguns deles, como a jovem Maria Augusta David, que ficou ligeiramente ferida.



- **8 de Junho de 2006** - Por volta das 6:00, **João Mabiala**, nascido aos 9 de Outubro de 1958, filho de João Umba e de Cecília Mabiala, natural de Conde Malonda (Ncutu), município de Bucu-Zau, foi capturado na sua residência por agentes da

polícia nacional munidos dum mandado de captura assinado pelo Director Provincial da Investigação Criminal de Cabinda, Paulo Camanda, sob o pretexto de ser um propagandista hostil (panfletos).

A residência foi submetida a uma minuciosa busca, tendo apreendido um acervo de medicamentos, uma câmara de filmar (de vídeo) e Kz: 2.600,00 (dois mil e seiscentos kwanzas) em dinheiro.

Conduzido à DPIC, João Mabiála foi posto numa pequena cela onde estavam mais de 20 pessoas. Após 72 horas de detenção em condições degradantes, foi solto.

- 27 de Agosto de 2006 - Armando Matoco Quibinda, de 36 anos de idade, filho de Bonifácio Quibinda e de Madalena Fica, natural do Belize, vendedor na praça de Manuel do Eira (praça do Gika), foi ferido na cabeça (na nuca) pelo sargento Chocolate, do comando municipal polícia, em Cabinda, com um tiro de arma de fogo (AKM).

O incidente ocorreu quando a polícia dispersava, com tiros de armas de guerra, um grupo de manifestantes que protestava contra os acordos assinados entre o governo angolano e o sr. António Bento Bembe e o proposto estatuto especial para Cabinda.

A população foi mobilizada por um grupo de pessoas não identificadas através de panfletos espalhados pelas ruas da cidade de Cabinda durante duas semanas, convidando-a a manifestar-se contra o memorando de entendimento, assinado no Namibe, no dia 1 de Agosto; contra a extinção da associação Mpalabanda e a suspensão dos padres ao serviço do povo de Cabinda.

Os manifestantes exibiam panfletos com os seguintes dizeres: ONDE ESTÁ A PAZ? CABINDA NÃO É ANGOLA; O POVO QUER INDEPENDÊNCIA; NÃO À EXTINCAO DA MPALABANDA; VIVA OS PADRES DO POVO; etc.

Para reprimir a manifestação, efectivos das polícias nacional e militar apareceram na «paragem do Yema» e abriram fogo, ferindo duas pessoas : Armando Matoco Quibinda e outra que não foi identificada. Foram também detidos e espancados alguns jovens.

- 29 de Agosto de 2006 - Salomão Puati e Alfredo Poba, naturais de Phumbo Chionze, aldeia da comuna de (Ncutu), e ali residentes, foram presos por militares das FAA, destacados na aldeia de Caio Poba e chefiados pelo comandante João, após terem encontrado, numa lavra, sombras e camas de guerrilheiros da FLEC. No mesmo local houvera confrontos entre as FAA e os guerrilheiros.

Em represália, Puati e Poba foram presos, acusados de pertencerem à FLEC e de conhecerem os refúgios dos guerrilheiros. Queriam obrigá-los a servirem de guias aos militares e mostrar-lhes as bases dos guerrilheiros.

Por não aceitarem as acusações que lhes eram feitas nem se prestarem a servir de guia aos militares, estes levaram-nos para longe da aldeia e obrigaram cada um deles a abrir a sua cova. Cada um entrou para a cova e foi intimado a dizer a verdade, sob pena de ser morto, caso mentisse. Jurando, negaram os factos que lhes eram imputados. Disseram que não conheciam as bases dos guerrilheiros nem tinham qualquer contacto com eles. Levaram-nos de volta à aldeia.

Regressados à aldeia, os militares das FAA prenderam **Albertina Buzi, Massanga, Marta Deco, Fátima, Ruth Domingos Jacob, Isabel Buange, Regina Muaca e Amidalia Ndembi**, levando-os, em seguida, ao local onde tinham conduzido, momentos antes, Salomão Puati e Alfredo Poba. Ali obrigaram as senhoras a revelarem os nomes dos seus maridos, guerrilheiros da FLEC, e a identificarem a dona da lavra onde tinham encontrado as sombras e as camas.

Como as senhoras permanecessem caladas, abstendo-se de responder ao que lhes era perguntado, os militares manietaram os braços das senhoras Albertina Buzi e Massanga, ameaçando-as de morte. Convencendo-se depois que não obtinham delas as informações ou confissões que esperavam, levaram-nas de volta.

De regresso à aldeia, detiveram **Alfredo Massanga** e, na companhia das mulheres, levaram-no à unidade militar de Caio Poba, a fim de ser interrogado. Não estando presente o chefe da referida unidade, autorizaram as senhoras a regressarem às suas casas, na condição de se apresentarem no dia seguinte, para os interrogatórios.

No dia seguinte, as senhoras apresentaram-se no Caio Poba, mas já não puderam ver o Alfredo Massanga. Toni, responsável da segurança militar da unidade, disse que não sabia nada dele.

- **30 de Agosto de 2006** - Pelas 15:30, **Jorge Yombo Nzau**, de 26 anos de idade, filho de João Maria Mbizi Nzau e de Maria Madalena Pemba, natural de Tando-Zinze, e **Tomás Domingos Losso Binda** (Toy), de 21 anos de idade, filho de José Binda e de Maria Margarida Losso, natural de Cabinda, foram presos por agentes do SINFO (Serviços de Informação) em colaboração com elementos do comando municipal da polícia nacional, em Cabinda.

Neste dia, a delegação de Bento Bembe chegou a Cabinda. Muitas pessoas - funcionários públicos, trabalhadores de empresas estatais e diversos populares, dos quais alguns vindos dos municípios do interior -, foram obrigados a ir ao aeroporto ou a postar-se ao longo das duas ruas pelas quais devia passar o cortejo e defronte à sede do governo provincial, para saudarem a delegação e exteriorizarem o seu apoio ao memorando de entendimento.

Aqueles jovens intervieram em defesa dum menina trazida dum município do interior e que um agente do Sinfo queria obrigar a falar português, quando ela só falava a língua local. O gesto daqueles foi considerado como uma atitude de oposição ao referido memorando de entendimento. Por isso, foram logo detidos, conduzidos ao comando municipal da polícia e metidos numa cela suja de urina e fezes. Só saíram de lá no dia seguinte. Eram apodados de presos políticos.

- **31 de Agosto de 2006** - **José Duca**, de 56 anos de idade; **Homer Sumbo**, de 62 ; **Beatriz Wola**, de 22 anos; **Antonieta Maloco**, de 50 anos; **Paulina Buala**, de 43; **Alfonsina Mataia**, de 50 anos; **Feliciano Conde**, de 77 anos; **Filipina Pemba**, de 72 anos, e **7 crianças, menores de 15 anos**, todos naturais de Chienze-Lite (Bucu-Zau) e residentes na mesma aldeia, foram detidos pelos militares das FAA destacados naquela aldeia. **José Duca**, coordenador da referida aldeia, e seus companheiros, tidos como colaboradores da FLEC, foram utilizados como guias e obrigados a conduzir os militares pela mata dentro, nas suas operações.

Os 15 civis foram dados como desaparecidos, desconhecendo-se a sorte que lhes foi reservada.

- **2 de Setembro de 2006** - Por volta das 21:00, **António Púcuta Casimiro** (Tony), de 29 anos de idade, activista da Mpalabanda, filho de Joaquim Casimiro e de Ana Mambo, natural de Cabinda, foi detido na paragem do Yema, por agentes da polícia, pertencentes ao comando municipal de Cabinda.

Segundo a versão da polícia, dada na ocasião, a detenção deveu-se ao facto de ele falar de política. Alguns familiares seus, ao tomarem conhecimento da ocorrência, informaram que o Tony era «acusado» de conhecer a pessoa que atirara uma pedra a um agente da polícia aquando da manifestação do dia 27 de Agosto.

Permaneceu preso até quarta-feira, 6 de Setembro, depois de passar por vários tratamentos degradantes, desde a proibição de alimentação, à impossibilidade de higiene pessoal, passando pela privação da satisfação das necessidades fisiológicas.

- **8 de Setembro de 2006** - Pelas 16:53, **José Mavungo**, de 37 anos, filho de Gervásio Ngoma e de Cecília Bumba, natural de Cata-Lite (Bucu-Zau), doente há cerca de dois anos, levado da cidade à sua aldeia natal para se submeter a um tratamento tradicional, foi detido por militares das FAA e manietado na casa do seu irmão, onde estava hospedado, sob o pretexto de ser guerrilheiro da FLEC.

Em seguida, foi levado à unidade de Loma, onde esteve dois dias sob tortura.

- **29 de Setembro de 2006** - Por volta das 17:45, **Raul Danda**, porta-voz da – então já - extinta associação Mpalabanda, à sua chegada ao aeroporto de Cabinda, proveniente de Luanda, foi submetido a uma inusitada, minuciosa e humilhante revista à sua bagagem, por agentes da investigação criminal DPIC.



Ao princípio da noite, cerca de 50 activistas de direitos humanos e populares juntaram-se defronte à DPIC para exigirem a libertação do detido.

Por volta das 20:30, apareceram dois carros cheios de agentes da polícia nacional, que se puseram a disparar e a espancar os «manifestantes».

Alguns dias depois, Raul Danda seria indiciado da prática de crimes contra a segurança do estado. As provas do crime eram os textos de dois artigos de opinião da sua autoria, publicados por dois jornais da oposição; artigos e comunicados de associações e partidos políticos.

Danda seria libertado cerca de trinta dias depois, sendo finalmente amnistiado.

*- 15 de Outubro de 2006 - Por volta das 7:30 **mais de 3000 fiéis** católicos reuniram-se na capela de São Tiago (arredores da cidade de Cabinda) para o culto dominical. Foram cercados por um grupo de 40 agentes da polícia de emergência, vestidos de ninjas e ataviados com todo o equipamento e armamento apropriado para fazer face a uma insurreição. Chefiava a força policial o oficial Oliveira da Silva, da Investigação Criminal de Cabinda.*

A polícia queria prender catequistas e líderes de grupos da pastoral na sequência de um comunicado da diocese de Cabinda que denunciava a existência de um grupo de catequistas e líderes de grupos que faziam confusão no seio da comunidade e desencaminham os fiéis da igreja.

Por isso, segundo Oliveira da Silva, a missão deles (polícia) era prender os referidos catequistas e responsáveis dos grupos. Os fiéis daquela capela não quiseram sair e deixar os catequistas nas mãos dos ninjas, tendo assim, a discussão com o Oliveira da Silva durado mais de duas 2 horas. Em seguida, o cerco foi levantado e a força policial retirou-se.

*- 17 de Outubro de 2006 - Por volta das 10:00, **Xavier Soca Tati**, foi preso no seu local de serviço por agentes da polícia nacional e encaminhado para o comando municipal da polícia.*

*No dia seguinte, 18 de Outubro de 2006, pelas 5:00, foram presos nas suas residências o catequista **João Baptista Neto** e a responsável da fraternidade **Margarida Cabral**.*

Por volta das 9:00, foram encaminhados à procuradoria provincial, para interrogatório, tendo sido informados que a sua detenção tem a ver com o facto de não aderirem ao bispo Filomeno, liderando a oposição que lhe é feita e continuando a animar celebrações de culto e a rezar nas capelas.

Estes explicaram que tinham pedido audiência ao bispo, mas tinham sido informados por alguns dos seus colaboradores que aquele não os podia receber.

No dia 19, foram postos em liberdade.

- **18 de Outubro de 2006** - Um grupo aproximado de 800 fiéis foi ao paço episcopal para saber do bispo se, na verdade, a polícia agia sob as suas ordens contra as comunidades e pedir a sua intervenção junto das autoridades competentes para a soltura dos três membros da igreja detidos no dia anterior.

Este disse que o número de impetrantes era demasiado elevado. Por isso, mandou constituir um grupo de 5 membros para representar os fiéis. Assim o fizeram. Por volta das 12:16, **André Mavungo Luemba**, de 27 anos de idades, filho de André Luemba e de Helena Buzi, natural de Cabinda, residente no Bairro 4 de Fevereiro; **Joaquim Francisco Sevo Casimiro**, de 31 anos de idade, filho de José Sonho Casimiro e de Ana Sevo, natural de Cabinda e residente no Bairro Cabassango; **Sebastião Domingos Mamboma**, de 25 anos de idade, natural de Cabinda, residente do Bairro Chiwéca e **Maria da Conceição**, de 51 anos de idade, natural de Cabinda, residente no Barro 1º de Maio, foram detidos defronte da paróquia da sé e levados ao comando provincial da polícia.

Estavam todos no largo da sé, quando chegou um carro da polícia. Os agentes eram afectos ao comando municipal e eram chefiados pelo 2º Comandante daquela unidade policial, de nome César. De imediato, procederam à detenção da senhora Maria da Conceição. Em seguida, o César chamou o André Luemba, para uma conversa, mas quando este chegou junto dele, ordenou aos seus homens que o prendessem, dizendo tratar-se de um bandido. Este perguntou ao responsável da polícia a razão da detenção, mas, como resposta, apenas ameaçou furar-lhe as pernas. Ao lado deste, estava um tenente-coronel, vestido a paisana, identificado como responsável da guarda do bispo Dom Filomeno Vieira Dias. Interpelou a polícia, exigindo que procedesse à detenção e não deixasse o cidadão André Luemba, porque ele é da Mpalabanda e teimoso. O energúmeno, tido como tenente-coronel do exército, fez questão de dar duas bofetadas ao jovem, antes de o lançaram no carro como um fardo.

O chefe César fez a mesma coisa ao jovem Joaquim Francisco: Chamou-o e ordenou a sua detenção imediata. Ao querer saber dos motivos da detenção, foi por ele ameaçado de morte, pelo que subiu no carro.

O jovem catequista Sebastião Mamboma, ao ver como arrastavam a senhora, ofereceu-se também e subiu voluntariamente no carro.

Chegados ao comando municipal da polícia nacional, o sub-inspector identificado como Paulo Baptista, disse aos agentes que lá se encontravam serem aquelas as pessoas que tinham espancado o comandante César. Em reacção, os jovens André Luemba e Sebastião Mamboma foram espancados e torturados dentro daquela unidade, tendo aquele ficado ferido na testa, no joelho e no cotovelo, e perdido a consciência, ficando mais de uma hora inanimado e estendido no chão.

Por volta das 17:30, Maria da Conceição, foi liberta pelo chefe César, depois de a acusar de teimosa e de lhe dizer que a sua teimosia provocara a sua detenção.

No dia seguinte, os jovens foram levados ao tribunal, com um auto que relatava que eles tinham tentado realizar uma manifestação não autorizada. No tribunal não lhes disseram nada, tendo sido encaminhados para a cadeia civil. No dia 20, foram de novo apresentados ao tribunal, mas nesse dia também não foram ouvidos, tendo sido encaminhados, desta feita, à Investigação Criminal.

No dia 23, tomaram conhecimento, através do investigador que estavam lá para a instrução do processo, por despacho exarado pelo juiz Moraes, que dizia não haver razões para julgamento sumário. Depois do seu interrogatório, no dia seguinte, o investigador Simão Álvaro requisitou o chefe César, que os prendera, mas não quis expor as razões da detenção dos cristãos na paróquia da sé.

Insistindo, fê-lo deslocar-se do comando provincial da polícia e ouviu-o. Depois de ouvir este e o sub-inspector Paulo Baptista, chamou os detidos para acareação. Ali o chefe César disse que os outros dois não fizeram nada, mas o jovem André Luemba lhe tinha dado chapadas e o obrigara a falar ibinda.

Questionado pelo investigador se lhe deram mesmo chapadas, disse que sentiu que lhe deram chapadas, e os seus colegas disseram-lhe que lhe deram mais chapadas.

Por sua vez, o sub-inspector Paulo Baptista disse também que o jovem André Luemba lhe dera chapadas. O investigador perguntou ao jovem Luemba se era verdade o que diziam, e este pediu-lhes com todo o respeito, e em consideração da sua idade e função, que retirassem a acusação, porque não estavam na fase de fabricar mentiras.

No dia 25 foram novamente levados ao tribunal, mas este fez recuar o processo, alegando que o prazo do julgamento sumário corra, pelo que não podia receber o caso, que devia passar pela procuradoria, para acusação.

Regressaram à investigação criminal e no dia seguinte foram levados à procuradoria, que também rejeitou o processo e disse não querer assumir o processo porque a DPIC mantivera ilegalmente presos os jovens. No período da tarde, o director interino da DPIC, ordenou que os jovens fossem novamente conduzidos à cadeia civil. No dia 30, por volta das 14:20, André Luemba e Sebastião Mamboma, foram novamente torturados pelos guardas da unidade penitenciária, tendo sofrido fortes espancamentos, tendo ficado inflamada a face daquele. Foram depois colocados na cela escura e privados de visitas. Por volta das 19:00, foram tirados da cela escura.

No dia 01 de Novembro, foram ouvidos pelo procurador junto à DPIC e, por volta das 17:45, foram postos em liberdade.

- **2 de Dezembro de 2006** - Pelas 10:00, **Gabriel Buco**, de 44 anos, filho de José Gimbi e de Antonieta Buco, pai de 10 filhos, motorista da Empresa de Transportes Publicas (E.T.P), do autocarro de marca MAN, matrícula CBA-74-42, da linha Cabinda/Buco-Zau e Belize, acompanhado dos seus ajudantes, **José Bambi**

Muanda, de 31 anos de idade, filho de Daniel Muanda e de Angelina Pemba, e **João Hilário Capita**, de 20 anos de idade, filho de Lourenço Capita e de Josefina Lubota, todos naturais de Cabinda, fazia a sua linha quando, no troco Belize/Buco-Zau, na aldeia de Mbongo-zi-Munu, um grupo de militares das FAA, mandou parar o autocarro.

O motorista, convencido que o mandavam parar para pedirem boleia, estando já lotado o autocarro, reduziu apenas a velocidade e gritou para eles que não havia lugar, continuando a sua caminhada. Mais à frente, concretamente nas proximidade da aldeia de Micuma III, foram ultrapassados por uma Toyota Hiace que logo em seguida lhes cortou a passagem. Eram os militares que, momento antes, tinham mandado parar o autocarro. O motorista parou, eles subiram no autocarro e, sem mais, começaram a espancar o motorista. Depois foi obrigado a recuar a Mbongo-zi-Munu. Avançou até à aldeia de Micuma III, onde fez a manobra, e depois recuou a Mbongo-zi-Munu, onde foi novamente torturado juntamente com os seus ajudantes. O João Hilário Capita ficou ferido na bochecha.

Terminada a sessão de torturas, mandaram-nos subir de novo no autocarro, mas levando só as mulheres, porque eles estavam numa operação de rusga dos homens, pois estes eram suspeitos de estarem a organizar grupinhos para fazerem acções em nome da FLEC. Segundo as informações recolhidas, ficaram **mais de 20 homens** na aldeia de Mbongo-zi-Munu, dos quais alguns foram soltos depois de 72 horas, enquanto os demais foram transportados para a cidade e colocados nas celas do quartel-general das FAA.

VIOLAÇÕES, CASAMENTOS FORÇADOS E ESCRAVIDÃO SEXUAL

- **12 de Fevereiro de 2006** - Por volta das 20:00, **Madalena Celestino Foiba**, de 31 anos de idade, filha de Celestino Mavungo e de Dorcas Cumba, natural de Caio Poba, e residente no Nhuca, grávida de três meses, esposa de um soldado das FAA, foi violada por alguns companheiros de armas do seu marido.

A violação teve lugar numa altura em que o marido fora transferido para a unidade militar do Ncutu, tendo ele permanecido no Nhuca.

Naquele fatídico dia, dois militares foram bateram à porta da sua casa. Ao abrir a porta, estes pediram-lhe que lhes fosse mostrar a casa do seu colega Ngangula. Respondeu-lhes que não conhecia a casa deste, mas obrigaram-na a acompanhá-los. Tendo-se afastado alguns metros da casa, foi arrastada com força para o capim, onde encontraram outros quatro militares. Deram-na chapadas e empurraram-na para o chão, tendo caído e ficado ferido.

Despiram-na, violaram-na e depois deixaram-na lá prostrada. Por causa da resistência que opunha à violação, deram-lhe um pontapé na coluna vertebral.

Na manhã do dia 13, saiu do capim para a estrada, tendo sido socorrida por um funcionário do governo da provincial que ia em missão de serviço ao Buco-Zau.

Conduzida ao hospital, verificou-se que a senhora abortara em consequência do aborto.

A senhora disse que durante o tempo em que esteve no hospital, foi visitada por oficiais das FAA, que lhe pediram sigilo, enquanto a imprensa estatal (TPA e RNA) manipularam a informação, divulgando-a como um acto praticado por guerrilheiros da FLEC.

OUTRAS VIOLAÇÕES

- **30 de Agosto de 2006** – A residência **Agostinho Chicaia**, presidente da extinta associação Mpalabanda foi invadida por agentes da investigação criminal, acompanhados de elementos das polícias nacional e militar, sob o pretexto ser autor moral dum atentado contra o Bento Bembe. Teria entregue uma granada a um jovem para que esta a atirasse ao Bento Bembe no comício que devia realizar-se defronte à sede do governo provincial.

A policia dirigiu-se à referida casa, tendo penetrado no quintal pulado o muro. Penetraram no interior da casa e revistaram os quartos. .

VIOLAÇÃO DA LIBERDADE DE REUNIAO E DE ASSOCIAÇÃO

- **29 de Janeiro de 2006** – **Mpalabanda, Associação Cívica de Cabinda**, organizou umas jornadas alusivas à semana da identidade de Cabinda. As actividades previam uma marcha em prol da paz para Cabinda, no dia 1 de Fevereiro, data da assinatura do tratado de Simulambuco. O governador da província de Cabinda, José Aníbal Rocha, proibiu a marcha com o alegado fundamento de a mesma «prescrever fins políticos atentatórios à constituição e à soberania nacional, como também em razão dos graves incidentes praticados pela Mpalabanda em manifestações anteriores», o que era, objectivamente falso.

Posteriormente, o Vice-Governador para a Área Técnica, António Goma, assinou outra carta pela qual proibia todas as actividades programadas.

A Mpalabanda declarou acatar a decisão das autoridades e a não realizar a referida marcha, mas anunciou que em caso de recusa permanente de quaisquer manifestações, havia a possibilidade de, no futuro, recorrer a uma “desobediência civil”.

- **14 de Setembro de 2006** - Por volta das 9:00, cerca de 30 agentes das polícias nacional e militar, chefiados pelo investigador Oliveira da Silva, acompanhado do chefe do gabinete jurídico do comando provincial da polícia nacional, dirigiram-se à sede da Mpalabanda - Associação Cívica de Cabinda para procederem ao encerramento das suas instalações.

Os responsáveis da associação cívica, depois de notificados da sentença proferida pela juíza Ana Maria Diogo de Almeida, do tribunal local, pela qual decidiu a extinção da sua organização, interpuseram recurso daquela sentença para o Tribunal Supremo, requerendo que o recurso fosse atribuído efeito suspensivo.

Por outro lado, ainda que a sentença pudesse ser executada, essa execução devia ser ordenada pelo tribunal, que mandaria citar a associação para a referida execução.

De maneira ilegal, arbitrária e imprevista, a polícia chamava a si a execução duma sentença judicial por ordens do governador.

A base da execução era um ofício de que a 27 de Julho o procurador provincial enviara ao governador a informá-lo da sentença de extinção da associação, proferida a 20 do mesmo mês pela juíza do tribunal provincial.

Era intenção da polícia selar as instalações e recuperar as chaves do imóvel, que seriam guardadas por aquele órgão de defesa e segurança. Os responsáveis da associação queriam retirar os bens e restituir o imóvel ao seu proprietário. Depois de uma longa negociação, chegou-se a um consenso: Os bens existentes na sede seriam arrolados, esta seria selada e as chaves seriam confiadas ao presidente da associação extinta.

- 18 de Novembro de 2006 – A Frente para Democracia (FpD), partido político da oposição angolana, agendou a organização de uma conferência sobre a autonomia de Cabinda, na cidade do mesmo nome, no Instituto João Paulo II, com início às 8:30.

Segundo o programa distribuído, a conferência teria 2 painéis. O I painel teria como tema das suas análises e discussões - os fundamentos e os objectivos de um estatuto de autonomia para Cabinda, enquanto o II painel se debruçaria sobre o petróleo e o desenvolvimento local.

A conferência foi pura e simplesmente proibida pelo governo de Aníbal Rocha. Primeiro proibiu os proprietários dos hotéis e pensões de albergar algum encontro ou reunião de qualquer organização. Então, os responsáveis da FpD, solicitaram o salão do Instituto João Paulo II para a realização do acto, mas o regime enviou ao local um aparato policial para impedir, por todos os meios, o evento.

ZIMUANGANA

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

- De 17 à 24 de Julho de 2006, foi assinada em Chicamba "Massabi" entre o Grupo de Bento Bembe representado pelo o então presidente do Fórum Cabindês para Dialogo António Bento Bembe e o Governo de Angola, representado pelo Ministro do Território de Angola, Virgílio de Fontes Pereira, um memorando de Paz, para pacificação do conflito que dura mais de 31 anos em Cabinda e posteriormente o cessar-fogo, representado no lado do Bento Bembe, o ex. Combatente e chefe do Estado-maior da FLEC Renovada, Maurício Zulu, que nem sabe onde fica o esconderijo dos guerrilheiros da FLEC, intitulava-se de Secretário para Defesa da FLEC, e no lado do Governo Angolano, o Chefe do Estado-maior Adjunto das FAA, General Nunda.

- 01 de Agosto de 2006, foi assinada em Namibe, em definitivo o Memorando de Paz de maneira do Governo de Angola e o Grupinho do António Bento Bembe, de modo a ludibriar a opinião publica Nacional e Internacional.